

“A solução definitiva (...) são as reformas”, diz FHC

335

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ontem à noite, em rede de rádio e televisão, sobre o ajuste fiscal que será anunciado hoje.

“Boa noite.

Como é a primeira vez que falo à Nação depois de concluídas as eleições,

“A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit”

quero agradecer mais uma vez o apoio que recebi dos brasileiros e das brasileiras.

Neste momento em que o Brasil enfrenta, com determinação, uma séria crise financeira internacional, temos que estar unidos e pensar nos interesses mais altos do País.

Quero falar sobre orçamento, um assunto que cada um de vocês conhece bem, sobretudo as donas

de casa. Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos.

Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar. Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros.

A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit público. Eu quero mostrar a vocês essas contas.

O prejuízo global da Previdência é de R\$ 42 bilhões. Desses R\$ 42 bilhões, R\$ 7,8 bilhões são do setor privado, que atende a 18 milhões de beneficiários.

Agora, no setor público, só no governo federal, há um prejuízo de R\$ 18 bilhões para beneficiar 905 mil pessoas. Então, está se vendo que o grande problema que nós temos é o da Previdência

Pública.

Amanhã vamos propor ao Congresso um Programa de Estabilidade Fiscal, que deverá ser um compromisso de todos os brasileiros, para cortar o mal pela raiz.

Vou explicar agora o que nós vamos fazer.

Como você sabe, o Governo não pode mexer em cerca de 3/4 do Orçamento. A Constituição não permite alterar os gastos com a Previdência, nem com o funcionalismo. As transferências para estados e municípios também são definidas na Constituição e, aliás, vêm crescendo de modo expressivo.

Por isso, o governo não pode mexer em 3/4 do Orçamento.

Assim, o Executivo só pode reduzir despesas em menos de 1/4 do Orçamento, o chamado custeio, e a metade destes recursos se refere a saúde, educação e assistência social, que são necessidades básicas da população.

Por isso, o essencial nesta área terá que ser

mantido.

Estamos propondo ao Congresso um corte de R\$ 8,7 bilhões para 1999. Iralém disso significaria paralisar atividades essenciais do Estado.

É um corte sem precedentes. Ele deixa clara a determinação do governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo.

“Não há justificativa para que alguns estados gastem 80% da receita em salário para os funcionários públicos”

zo.

Mas isso não é suficiente para equilibrar as contas do País.

Teremos que aumentar um pouco da contribuição dos servidores públicos para a sua Previdência. Eu já expliquei por que. Um pouco da CPMF. Um pouco da Cofins. E outras medidas que vão ser anunciadas amanhã.

Mas não autorizei qualquer modificação no Im-

posto de Renda da Pessoa Física, no INSS, nem nos impostos que acabam recaendo sobre os mais pobres. Vamos adotar medidas equilibradas, um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres.

A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação são medidas transitórias, para atender uma situação de emergência. Elas serão suspensas assim que conseguimos restaurar maior equilíbrio em nossas contas.

Mas a solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas.

O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência.

Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de R\$ 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da Reforma da Previ-

dência.

Não há justificativa para que alguns estados gastem 80% da sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso vamos implantar a reforma administrativa.

Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgente.

E por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os estados e os municípios vivam dentro dos seus limites.

Faço um apelo ao Congresso: vote as reformas e o programa de estabilidade fiscal, em regime de urgência.

Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o País retomará sua trajetória de crescimento.

“Não existe nada pior para o País do que as taxas de juros em vigor desde que a crise internacional começou.

Elas prejudicam a produção e as contas públicas. Quanto mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o País.

As medidas que esta-

“O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas e com toda a urgência”

mos propondo são para acabar com o flagelo dos juros altos.

Elas foram desenhadas com a preocupação de preservar, tanto quanto possível, o setor produtivo. A agricultura, as exportações, o setor de bens de capital serão menos afetados.

O programa cobrará mais de quem pode mais. E menos, de quem tem menos.

Se implantarmos o programa de estabilidade fiscal com urgência, já no início do próximo ano veremos novamente sob clima de tranquilidade e de confiança na economia.

O Brasil sairá fortalecido da crise internacional. Continuará a ser um mercado atraente para investimentos. Retomará o crescimento e a geração de empregos de que tanto precisamos.

Fui eleito para defender o Real, preservar o poder

de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos. Para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e o País precisa. E para ampliar os programas sociais que estão construindo um Brasil mais justo.

Não abro mão desses compromissos.

Não vacilarei em cumprir a vontade do povo brasileiro”.